

Dr. - Educaçã

Escola integral

JORNAL DE BRASÍLIA

Benigna M. Freitas Villas Boas

19 JAN 1991

O primeiro governador eleito do Distrito Federal incluiu, em seu plano de trabalho, o compromisso de implantar escolas de tempo integral. Segundo notícias transmitidas pela imprensa, as primeiras escolas surgirão em Samambaia e Paranoá, regiões recentemente beneficiadas com assentamentos.

A questão merece ser analisada em profundidade, pelo fato de estarmos assistindo à gradativa decadência do ensino nas escolas públicas brasileiras, em todos os níveis.

Experiências como a que se pretende implantar no Distrito Federal foram tentadas anteriormente, em locais e em momentos históricos diferentes, sem, contudo, terem tido condições de se expandir, por constituírem atividades isoladas no sistema de ensino. Entre nós citam-se os Centros de Educação Primária, planejados para o Plano Piloto do Distrito Federal, inspirados em experiência desenvolvida na Bahia. Cada Centro seria composto de uma Escola Parque e quatro Escolas-Classe, de modo que os alunos frequentassem a Escola-Classe num turno e a Escola Parque em outro. O primeiro Centro, criado em 1960, funcionou de acordo com a proposta inicial durante muito pouco tempo, pois o sistema de ensino expandiu-se rapidamente, não tendo condições de manter a proposta inicial.

Outro exemplo de escola de tempo integral são os Cieps do Rio de Janeiro, cuja implantação parece não ter alcançado os objetivos pretendidos.

A intenção do GDF de instalar escolas de tempo integral nos remete ao escolanovismo, movimento surgido na Europa em fins do século passado, para superar o caráter intelectualista e livresco da educação tradicional. Tal movimento ganhou corpo nos Estados Unidos e penetrou no Brasil na década de 50, quando se iniciou a realização de várias experiências pedagógicas destinadas a desenvolver as aptidões naturais dos alunos.

O movimento escolanovista te-

ve o mérito de representar uma reação à escola tradicional, considerada intelectualista, livresca, autoritária, centrada na figura do professor. Contudo, teve, em suas origens, sua preocupação voltada exclusivamente para o interior da escola, para os seus métodos e a relação professor-aluno.

As escolas experimentais que se instalaram segundo os princípios do escolanovismo tinham custos mais elevados que as tradicionais, pois eram bem equipadas e possuíam pessoal treinado para o trabalho. Destinavam-se ao atendimento a pequenos grupos de alunos, que se tornavam privilegiados em relação aos demais. Além disso, devido ao seu alto custo, não ultrapassaram o caráter experimental, pela impossibilidade de se estenderem a todo o sistema de ensino.

O escolanovismo foi, em parte, prejudicial, pois, ao denunciar as deficiências da escola tradicional, com isso dificultando a sua expansão, reforçava a idéia de que é melhor uma boa escola para poucos do que uma escola deficiente para muitos. Trata-se de uma idéia enormemente discriminatória e injusta: a escola deve ser boa para todos.

O movimento escolanovista brasileiro teve seu mérito, mas está superado. Hoje, a sociedade requer a escola pública gratuita, de boa qualidade e única. Reivindica-se uma escola a que todos os alunos tenham acesso e possibilidade efetiva de dominar o conhecimento.

Entendo que o momento de crise que a escola pública está vivendo exige uma ação vigorosa e global em busca de sua revitalização. Por isso, investir na implantação de escolas de tempo integral, no momento, não é o melhor caminho. Uma vez instaladas, correrão o risco de ter o destino de outras iniciativas pedagógicas: não passar de experiências isoladas.

Governos que se instalam têm o hábito de anunciar medidas de impacto para solucionar problemas graves. Grandes somas de dinheiro costumam ser gastas, sem beneficiar a população como um todo. O

mesmo poderá ocorrer com a criação de escolas de tempo integral: uma promessa feita ao povo por ocasião de campanha eleitoral, sem o respaldo de estudos que a justifiquem, poderá consumir todos os esforços que deveriam estar voltados para o redimensionamento da escola pública.

Não sou contra a escola de tempo integral; considero-a um ponto de chegada e não um ponto de partida para a revitalização da escola pública.

O momento político brasileiro requer que se repense a organização, a expansão e o funcionamento da escola pública. Neste sentido, cabe à administração do sistema de ensino dar autonomia às suas escolas para a construção do seu projeto pedagógico. Este deverá ser um processo coletivo de reflexão e de decisão, com a participação de todos os segmentos envolvidos. Não cabe mais o exercício do poder centralizador que determina à escola a sua forma de trabalhar. Isto significa subestimar a capacidade de professores e de equipes técnicas, além de tornar o seu trabalho alienado.

A escola precisa assumir o seu papel de socializar o conhecimento e, conseqüentemente, de contribuir para a transformação da sociedade. Para isso, é fundamental que trabalhe com independência e que estabeleça relações democráticas internas. Este processo possibilitará aos seus participantes a vivência do comprometimento social, tornando-os capazes de interferir na realidade.

Considero, pois, prematura a idéia da implantação imediata de escolas de tempo integral. Como decisão política, ela se exauriria em poucos anos. Como produto da reflexão e decisão amadurecidas dos profissionais atuantes nas escolas, de alunos e de pais ela poderá resistir às intempéries das campanhas eleitorais.

□ Benigna Maria de Freitas Villas Boas, mestre em educação, é professora da Fundação Educacional do DF e da Faculdade de Educação da UnB